



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Serviço de Controle Predial

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- INFORMAÇÕES BÁSICAS

- Processo: SEI-070002/015239/2024
- Responsável pela demanda:
 1. Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira
 2. ID funcional: 5127637-2
 3. Telefone: (21)99474-9531
 4. E-mail: gabrielsampaio@inea.rj.gov.br

1. INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa da necessidade

1.1.1 Água potável é aquela que pode ser consumida pelos seres humanos, sem prejuízo à sua saúde e, para tal, ela deve apresentar características sanitárias e toxicológicas adequadas e estar isenta de organismos patogênicos e de substâncias tóxicas, a fim de prevenir danos à saúde e favorecer o bem estar das pessoas. (Organismos patogênicos são aqueles que transmitem doenças pela ingestão ou contato com água contaminada por bactérias, vírus, parasitas e protozoários).

Nesse contexto é que se aplica a importância da limpeza e desinfecção rotineira dos reservatórios de água, que deverá ser realizada a cada seis (06) meses, e sempre que houver suspeita de contaminação da água tanto por substâncias químicas, quanto por animais que podem se abrigar em seu interior, como roedores, baratas, pombos e mosquitos.

1.2 Resultados pretendidos

- 1.2.1 Obter, após os serviços, a higienização e purificação da água nos reservatórios das unidades.

1.3. Solicitação e área requisitante

1.3.1 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS, COM FORNECIMENTO DE BOLETIM DE MEDIÇÃO PARA POTABILIDADE DA ÁGUA NAS 32 UNIDADES DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA, INCLUINDO O EDIFÍCIO SEDE.**

1.3.2 Órgão/Entidade: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

1.3.3 Unidade/Setor/Departamento: SERVCOP - Serviço de Controle Predial

2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1.1 Serviços

- A empresa contratada executará semestralmente a lavagem, higienização e desinfecção de cada

reservatório (cisternas e caixas de água), bem como coletará amostras para realização de análise bacteriológica em laboratório credenciado pelo INEA.

- A execução do serviço deverá orientar-se pelo MN-33.R-0 – Manual de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água, aprovado pela Deliberação CECA nº 2.918, de 06 de julho de 1993. Sempre que possível, ocorrerá sem privar a respectiva edificação do abastecimento de água devendo, portanto, ser realizada em um reservatório de cada vez preferencialmente nos dias em que não houver expediente

2.1.2 Especificação dos serviços (agendamento, execução, coleta e entrega)

- **AGENDAMENTO** prévio junto ao responsável pelo Serviço de Controle Predial – SERVCOP, por meio dos telefones (21) 2334-9466 e/ou (21) 96502-4994, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis. Caberá à empresa contratada estabelecer junto aos responsáveis do INEA em cada unidade a antecedência ideal, baseada no volume total dos reservatórios e no consumo médio diário, de tal forma que sejam possíveis manobras com vistas à racionalização ao máximo do desperdício de tempo e água durante a limpeza.
- **EXECUÇÃO** da limpeza e desinfecção do reservatório, incluindo:

1) Esgotamento total do compartimento por processo de sucção com motobomba, considerando se que, atendida a ETAPA 1, tal reservatório estará com a capacidade mínima de água.

2) Limpeza das paredes, tetos e pisos com jateamento e escovação interna para retirada total de lodo, detritos, impurezas e outros resíduos acumulados. Usar panos, baldes, esponjas e etc. para remoção dos resíduos e jamais despejar sujidades na própria rede de água potável, para evitar entupimentos ou outros danos (bebedouros, chuveiros, válvulas de descarga, etc).

3) Higienização e desinfecção através de produto químico bactericida, podendo ser usados: hipoclorito de sódio (10%), hipoclorito de sódio (2,5%), cal clorada (25%) e hipoclorito de cálcio (70%), a fim de purificar paredes, pisos e tetos, eliminando completamente microrganismos, germes coliformes, bactérias, etc. Por último se fará o reenchimento com água e a desinfecção final.

- **COLETA** de amostras para exames laboratoriais, compreendendo:

1) Exame de Clorimetria e PH – Realizado todo o trabalho de lavagem dos reservatórios da edificação, a empresa contratada deverá proceder, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao exame de clorimetria e PH, emitindo certificado.

2) Análise Bacteriológica – Do 4º(quarto) ao 8º(oitavo) dia após a realização da limpeza e higienização de um determinado reservatório, a empresa contratada deverá providenciar a coleta de amostra da água para análise bacteriológica a ser realizada por Laboratório credenciado pelo INEA, conforme disposto na DELIBERAÇÃO CECA nº2.333, de 28 de maio de 1991.

3) O resultado da análise bacteriológica deverá atender ao padrões estabelecidos na Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde.

4) Quando, após a lavagem do reservatório, forem ainda detectadas contaminações pelo resultado da análise bacteriológica, a empresa contratada deverá repetir a limpeza e higienização, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da ciência do referido resultado, repetindo todas as etapas dos itens “a”, “b” e “c”, citados anteriormente, sem ônus para a contratante, a fim de que seja constatada a efetiva potabilidade da água.

- **ENTREGA** do Boletim de Medição para Potabilidade: Concluído o trabalho, a empresa contratada deverá enviar ao Serviço de Controle Predial – SERVCOP, o respectivo Boletim de Medição para Potabilidade e a respectiva Ordem de Serviço relativa à desinfecção e análise bacteriológica.

2.2 SERVIÇOS COMPREENDIDOS E OUTRAS PARTICULARIDADES

- Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos, com emprego de pessoal, equipamentos, EPI's e material suficientes para assegurar plena eficácia

na execução, sob inteira responsabilidade da empresa contratada, quer seja civil ou administrativa.

- Todo serviço insuficiente e/ou defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela fiscalização, sem ônus para o INEA.
- Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.
- Na hipótese de contaminação de um reservatório já limpo em razão de infiltrações, vazamentos ou por qualquer outra causa, após a contratante eliminar tais causas através da adoção de medidas necessárias, a empresa contratada realizará, novamente, a limpeza e a higienização do reservatório atingido, mesmo se já realizado o serviço anteriormente à contaminação (limpeza e higienização de acordo com cronograma), observando todos os procedimentos e apresentando todos os documentos pertinentes exigidos, sem ônus à contratante
- A limpeza e a higienização dos reservatórios, conforme determinação do INEA, deve ser efetuada pelo menos 2 (duas) vezes ao ano, e preferencialmente com um intervalo de 6 (seis) meses.
- Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços assim como o transporte para a mobilização dos funcionários serão todos fornecidos pela empresa contratada a qual deverá empregar produtos de limpeza que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo ainda admissível a aplicação de materiais que causem danos nos reservatórios.
- A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado aos reservatórios tais como: caixas d' água ou suas tampas, cisternas ou suas tampas, bombas de recalque, telhas das coberturas ou qualquer outro dano ao imóvel durante a execução dos serviços.

2.3 ESPECIFICAÇÕES DOS RESERVATÓRIOS POR UNIDADE

2.3.1 Especificações técnicas dos reservatórios pertencentes às 32 unidades do INEA, objetos de manutenção deste presente Estudo Técnico Preliminar.

1	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO	CAIXA D'ÁGUA	CISTERNA	VOLUME TOTAL (L)
2	SEDE	AV. VENEZUELA, 110	SAÚDE	RIO DE JANEIRO	5	4	222.000
3	ESTACIONAMENTO SEDE	AV. VENEZUELA, 57	SAÚDE	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000
4	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO	RUA ANDRÉ PINTO, 29	RAMOS	RIO DE JANEIRO	2	-	2.000
5	CENTRO DE PRIMATOLOGIA	ESTRADA DO PARAÍSO, S/N	-	GUAPIMIRIM	6	-	5.500
6	GERÊNCIA DE ANÁLISES LABORATORIAS	AVENIDA SALVADOR ALLENDE, 5.500	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	1	1	45.000
7	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MÉDIO PARAÍBA DO SUL (SUPMEP)	RUA CINCINATO BRAGA, 221	ATERRADO	VOLTA REDONDA	3	-	3.000
8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAÍA DA ILHA GRANDE (SUPBIG)	ESTRADA DO MARINAS, 111	MARINAS	ANGRA DOS REIS	1	1	7.000
9	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAÍA DE GUANABARA (SUPBG)	AV. FELICIANO SODRÉ, 08	CENTRO	NITERÓI	2	-	4.000

10	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL LAGOS SÃO JOÃO (SUPLAJ)	RUA DOUTOR BERNARDO DE VASCONCELOS, 154	CENTRO	ARARUAMA	4	-	4.000
11	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL LAGOS SÃO JOÃO (SUPLAJ) - POSTO AVANÇADO	RUA JOSÉ ANTÔNIO SAMPAIO, 06	PARQUE RIVIEIRA	CABO FRIO	2	-	2.000
12	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUAXINDIBA	ESTRADA DA COBIÇA, S/N	-	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2	1	25.000
13	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAIXO PARAÍBA DO SUL (SUPBAP)	AVENIDA JOSÉ ALVES DE AZEVEDO, 483	PARQUE DO ROSÁRIO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	6	1	7.500
14	PARQUE ESTADUAL DA LAGOA DO AÇÚ	AV. OLAVO SALDANHA, 240	FAROL DE SÃO THOMÉ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	6	1	11.500
15	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA CONCÓRDIA (PESC)	AV. BARÃO DE SANTA MÔNICA, 700	BARÃO DE JUPARANÃ	VALENÇA	5	-	40.000
16	HORTO FLORESTAL DE GUARATIBA	ESTRADA DA MATRIZ, 4.408	GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	4	1	31.500
17	RESERVA BIOLÓGICA DE ARARAS	ESTRADA BERNARDO COUTINHO, 10.351	ARARAS	PETRÓPOLIS	3	-	2.000
18	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MACAÉ E DAS OSTRAS (SUPMA)	RUA PUNTA DEL LESTE, 187	CAVALEIROS	MACAÉ	4	1	3.500
19	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RIO DOIS RIOS (SUPRID)	AV. CONSELHEIRO JULIUS ARP, 85	CENTRO	NOVA FRIBURGO	2	-	2.000
20	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIABANHA (SUPPIB)	RUA BUENOS AIRES, 204	CENTRO	PETRÓPOLIS	2	-	5.500
21	PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA - SEDE	ESTRADA PAU DA FOME, 4.003	TAQUARA	RIO DE JANEIRO	6	1	5.500
22	PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA - PIRAQUARA	RUA DO GOVERNO, S/N	REALENGO	RIO DE JANEIRO	5	1	8.000
23	PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA - CAMORIM	ESTRADA DO CAMORIM, 2.118	CAMORIM	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000
24	SEAN - SERVIÇO DE APOIO AO NOROESTE	RUA NILO PEÇANHA, 82	CHÁCARA	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	3	-	2.500
25	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA - SEDE	RUA ENGENHEIRO DOMINGOS BARBOSA, 04	RECANTO DE ITAPUAÇU	MARICÁ	1	1	13.000
26	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA - SUB SEDE	RUA DAS ROSAS, 24	ITACOATIARA	NITERÓI	2	-	1.500
27	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA - VERDEJANTE	ESTRADA DA BARRINHA, 04	SÃO BENTO DA LAGOA	MARICÁ	3	-	3.500
28	DEPÓSITO/GALPÃO - INEA*	RUA PIRANGI, 119	OLARIA	RIO DE JANEIRO	2	-	2.000

29	DEPÓSITO ELOI DE ANDRADE*	RUA BITTENCOURT SAMPAIO, S/N	RAMOS	RIO DE JANEIRO	1	-	500
30	PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (PECS)*	RUA DA RESTINGA, 375	CABO FRIO	RIO DE JANEIRO	2	1	20.000
31	DEPÓSITO/GARAGEM (SICCA)	ANTIGA ESTRADA RIO SÃO PAULO, 1456	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000
32	RESERVA BIOLÓGICA DE GUARATIBA*	ESTRADA DA MATRIZ, 4485	GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	2	-	2.000
33	POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE VARGEM GRANDE (QUILOMBOLA)*	RUA CLEODON FURTADO	VARGEM GRANDE	RIO DE JANEIRO	1	-	1.000

3. ANÁLISE DO CENÁRIO

3.1 Avaliação comparativa (Benchmarking)

3.1.1 Contratações similares feitas pelo próprio Órgão/Entidade

O último contrato com este escopo, Contrato N°. 32/2021, como consta no processo SEI-070002/001346/2021, encerra em 04/10/2024 e o mesmo não será renovado.

3.1.2 Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades

SERVIÇO			
Nº PROC/CONTRATO	OBJETO	ORGÃO	QUANTIDADE
18/2024	Prestação de serviços de empresa especializada na limpeza e desinfecção dos reservatórios inferiores e superiores, com elaboração de análise bacteriológica feita por laboratório (laudo de potabilidade) para as Unidades Prisionais, Hospitais Penais e demais órgãos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro	SEAP	1 SERVIÇO
14/2023	Prestação de serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água (caixas d'água e cisternas) com fornecimento de material, observadas a peculiaridades, a periodicidade a cada 03 (três) meses e a frequência de cada tipo de serviço, conforme as Normas Gerais NR 036, credenciada pelo INEA, com fornecimento de certificado, nos campus sede do IVB (Niterói), Fazenda Vital Brazil (Cachoeiras de Macacu) e Duque de Caxias (Xerém)	IVB	1 SERVIÇO
07/2022	Prestação de serviços comuns de limpeza de reservatório de água (cisterna e caixa d'água), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Instrumento Convocatório – Edital de Pregão Eletrônico nº15/2021	RIOPREV	1 SERVIÇO

3.2 Enquadramento legal

3.2.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

3.3 Estimativas da quantidades do INEA

ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
159078	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ANÁLISE, DESINFECÇÃO E LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, INFERIORES E SUPERIORES.	SERVIÇO	1

3.4 Audiência pública

3.4.1 Não se aplica.

3.5 Estimativa de Valor

3.5.1 A estimativa de valor será calculada na etapa de pesquisa de mercado, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, seguindo orientações do Art. 18 da Lei 14.133/2021 e a outras legislações aplicáveis.

3.6 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

3.6.1 Orienta-se que a licitação seja realizada por item, dentro dos termos da Lei 14.133/2021, seguindo ainda as orientações previstas na Resolução PGE nº 4.588/2020, tendo em vista que a adjudicação por item permite um melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala.

3.6.2 Adicionalmente, destaca-se que ao realizar a adjudicação por item é possível propiciar a ampla participação de licitantes que, não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens aqui dispostos, em razão de suas particularidades.

4. SOLUÇÃO

4.1 Definição sucinta do objeto:

4.1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e higienização dos reservatórios, com fornecimento de boletim de medição para potabilidade da água nas 31 unidades do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, incluindo o edifício sede.

4.2 Pagamento

4.2.1 Os pagamentos serão feitos de forma **MENSAL**. A Nota Fiscal emitida será de serviço, contemplando o valor de mão de obra para execução da limpeza preventiva/corretiva.

4.2.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

5. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Forma e critérios de seleção do fornecedor

5.1.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.1.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na

modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 14.133/2021.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 O licitante, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

6.2. Os atestados deverão conter:

6.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

6.2.2. Local e data de emissão.

6.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

6.2.4. Período de prestação de serviço.

6.3. Cumpre informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima.

6.4. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

6.5. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para a habilitação técnica:

6.5.1 Atestado de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, constando, a razão social do emitente, nome e cargo/função do responsável pela emissão, que comprove ter executado, ou vem executando, serviços de limpeza e higienização de reservatórios, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta Licitação.

6.5.2 Os atestados de capacidade técnica-operacional deverão comprovar que a licitante possui experiência mínima de 1 (um) ano no mercado.

6.5.3 Declaração formal de que a equipe responsável pela execução do contrato preenche o perfil profissional necessário à execução dos serviços deste Termo de Referência.

6.5.4 Atestado de capacidade técnica operacional, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência comprovando, ao menos, que a empresa tenha prestado serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços que são objeto deste Termo de Referência e os executados.

6.5.5 Atestado de visita técnica, emitido pelo INEA, comprovando que a proponente se inteirou de todas as condições locais, físicas e ambientais e que os serviços serão realizados; ou declaração expressa da mesma proponente de que tem pleno conhecimento das características dos elevadores e do local em que os serviços serão realizados.

7 - NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÕES

7.1 A limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável, como caixas d'água, é obrigatória e deve ser feita semestralmente. A legislação que estabelece esta obrigatoriedade inclui:

7.1.2 Lei nº 1.893, de 20 de novembro de 1991, regulamentada pelo Decreto 20.356, de 17/08/94;

7.1.3 RDC 63/2011, que estabelece que o serviço de saúde deve garantir a limpeza dos reservatórios de água a cada seis meses;

7.1.4 Portaria Estadual RS/SES nº 1237 de 28/11/2014, que estabelece que a limpeza e a desinfecção dos reservatórios de água potável em prédios coletivos deve ser realizada através da contratação de uma empresa de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável, com alvará junto à Secretaria Municipal de Saúde;

A determinação da ANVISA que rege sobre a limpeza de caixa d'água é a Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017. Entre as muitas considerações e normas, que incluem instruções aos estados e municípios, a Portaria diz que os responsáveis pela caixa d'água devem:

- Realizar o controle de qualidade, monitorando a qualidade da água de acordo com testes com reagentes;
- Garantir o bom funcionamento e principalmente a manutenção das instalações e dos reservatórios;
- Manter o controle operacional da caixa d'água.

8. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

8.1 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica.

8.2 Capacitação de pessoal

Não se aplica.

8.3 Proposta de cronograma de atividade e seus responsáveis

Não se aplica.

8.4 Servidores que participarão da fiscalização do contrato a ser celebrado

Será definido após assinatura do contrato.

9. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

9.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE, RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável/razoável/adéquo a contratação demandada, condicionada à implementação das providências no presente estudo, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

11.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

11.3 O artigo 95, da Lei nº 14.133/21 prevê a substituição do instrumento do contrato nas situações de "dispensa de licitação em razão do valor" e de "compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor".

Atestamos que este Estudo Técnico Preliminar possui todos os elementos e parâmetros indicados nos arts. 7º a 10 do Decreto nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

Art. 7º - O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento obrigatório, constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, e que evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, servindo de base à elaboração do Anteprojeto, do Termo de Referência ou do Projeto Básico, de modo a permitir a avaliação pela autoridade competente acerca da viabilidade técnica e econômica da contratação, compreendendo os seguintes elementos mínimos:

II - relato descritivo acerca das contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, em especial, nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, quando cabível;

III - demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual - PCA do órgão ou entidade, quando cabível;

V - estimativa preliminar do valor da contratação a fim de permitir uma análise comparativa quanto à viabilidade econômica do tipo de solução a contratar pela autoridade competente, obtida a partir da utilização de um dos critérios previstos nos incisos I e II do Art. 29 deste Decreto, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade, razoabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;

VIII - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira

Chefe de Serviço de Controle Predial

SERVCOP

5127637-2

Resp. pela demanda

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Talitha de Araújo Soares, Adjunto**, em 27/01/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira, Chefe de Serviço**, em 27/01/2025, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **92071930** e o código CRC **9F7AF323**.

Referência: Processo nº SEI-070002/015239/2024

SEI nº 92071930

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone: